

ESTRATÉGIAS MILITARES DE TERRITORIALIZAÇÃO DO DESERTO AUSTRAL ARGENTINO: OS DEBATES POLÍTICOS ENTRE ADOLFO ALSINA E JULIO A. ROCA (1874-1879)

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack¹

RESUMO:

Na década de 1870, o Estado argentino não havia ainda consolidado sua jurisdição sobre a extensão territorial correspondente ao antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Além de objeto de disputas limítrofes com outras Repúblicas, as regiões chaqueña, pampeana e patagônica permaneciam sob o domínio efetivo de diferentes grupos indígenas. Identificadas à ideia do Deserto, essas áreas constituíam alvo primordial de projetos de integração ao mundo da civilização e da modernidade. O objetivo deste artigo é analisar as estratégias militares elaboradas pelos Ministros da Guerra e Marinha Adolfo Alsina e Julio Argentino Roca visando à territorialização da região austral e ao enfrentamento do "problema indígena". Busca-se interpretar as posições conflitantes de Alsina e Roca enquanto etapas complementares do processo de construção da Nação argentina e do seu território correspondente. Nesse contexto, a delimitação do território nacional através da ocupação estatal possibilitaria a identificação da Argentina ao conjunto das "Nações Civilizadas".

PALAVRAS-CHAVE: Nação argentina, Território, Campanhas Militares.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, Bolsista do CNPQ e Professora Substituta de História da América da UFRJ. E-mail: gonzalez.alessandra@gmail.com

Abstract

In the decade of 1870's, the Argentine Government had not yet consolidated their jurisdiction over the territorial extension corresponding to the former Viceroyalty of Río de la Plata. Besides being object of border disputes with other republics, regions of Chaco, pampas and Patagonia remained under the effective domain of different indigenous groups. Identified to the idea of 'desert', these areas were prime targets for projects of integration to the world of civilization and modernity. This dissertation aims to analyze the military strategies drawn up by the Ministers of War and Navy Adolfo Alsina and Julio A. Roca, concerning the southern region and territorial confrontation of the "Indian problem". This study seeks to interpret the conflicting positions of Alsina and Roca as complementary steps of nation-building process in Argentina and its corresponding territory. In this context, the delimitation of the national territory through the state occupation would enable to identify Argentina as the set of "civilized nations".

Keyword: Argentinean Nation; Territory; Military Campaigns.

1 INTRODUÇÃO: Um Estado em Busca do seu Território

Na década de 1870, a pretensão de domínio territorial por parte do Estado argentino diferia da porção territorial já efetivamente incorporada aos fluxos colonizadores através do povoamento e da exploração econômica. As linhas de fronteira localizadas ao sul dos rios Pilcomayo e Bermejo e da Província de Buenos Aires, que demarcavam os limites entre os territórios sob a autoridade nacional e sob a autoridade dos grupos indígenas, apontam para a possibilidade de distinção entre o "território usado" – fração do território economicamente integrada na lógica do sistema colonial – e os chamados "fundos territoriais" ou reservas do espaço ainda não incorporadas na estrutura produtiva da colonização (MORAES, 2005).

Figura 1 – Mapa hidrográfico da Argentina

Encontram-se em destaque, ao norte, os rios Pilcomayo e Bermejo; ao sul, os rios Colorado, Negro, Neuquén e Limay



Fonte: <http://bejomi1.wordpress.com/mapas-murales/>

Na experiência histórica argentina, os “fundos territoriais” costumavam ser identificados à ideia do “Deserto”, com frequência mobilizada para descrever e denominar espaços habitados por populações que viviam “à margem da civilização” e áreas de fronteira da ocupação nacional. Em outras palavras, territórios almejados por movimentos expansionistas que pretendiam incorporá-los a fluxos econômicos, à órbita do poder público e a projetos modernizadores. Longe de representar uma materialidade da superfície terrestre, o Deserto argentino atuava como valoração negativa de uma dada espacialidade e como artefato discursivo. Permitiu uma apropriação político-discursiva das terras almejadas antes mesmo de sua ocupação efetiva ser empreendida, ao ressaltar as suas potencialidades não exploradas, estimular a sua incorporação real ao mercado produtivo e justificar a transformação dos espaços indígenas existentes em territórios públicos e civilizados (ZUSMAN, 2000).

Ao longo do século XIX, o processo de territorialização² das regiões pampeana e patagônica implicaria necessariamente o enfrentamento do “problema indígena”, isto é, a elaboração de estratégias de dominação das populações autóctones, seguida da sua submissão ou incorporação. A influência araucana sobre os grupos indígenas habitantes do lado oriental da Cordilheira dos Andes exerceu um papel determinante para que a sociedade indígena da região atingisse um alto nível de poderio e organização. Essa influência remonta ao processo secular conhecido como “araucanização dos pampas” (SARASOLA, 1992). No início do século XVI, inicia-se a difusão de elementos culturais de origem chilena que foram incorporados por populações indígenas dos pampas, entretanto sem o estabelecimento de importantes assentamentos araucanos. Já nas primeiras décadas do século XIX, importantes contingentes indígenas que habitavam o solo chileno migraram para os pampas em busca de uma nova vida, estimulados pelos conflitos bélicos entre patriotas e realistas no sul do Chile.

² Processo político de expansão territorial da dominação estatal e da obtenção jurídica de sua legitimidade, a territorialização projeta espacialmente a soberania, entendida aqui como a manifestação da autonomia externa e da autoridade interna de um Estado, transformando os espaços conquistados em territórios nacionais (MORAES, 2009).

Ao se estabelecerem na região e ascenderem ao poder, os araucanos introduziram entre as tribos locais a centralização política em torno do cacicado e difundiram o modo de vida guerreiro, instituindo nos pampas uma sociedade militarizada assentada sobre a prática do *malón*, invasão armada às estâncias que poderia ter como finalidade o roubo de gado para a comercialização ilegal com os *criollos* do Chile, o rapto de crianças e mulheres ou simplesmente o manejo do pânico sobre os brancos.

Politicamente estruturada e militarizada, a sociedade indígena pampeana estava apta a oferecer resistência à penetração do projeto nacional em seus territórios soberanos. Na contramão da tradicional ideia de passividade e vitimização dos índios, podemos interpretá-los aqui enquanto sujeitos históricos, que negociavam a paz ou provocavam a guerra com os *criollos* defendendo conscientemente seus interesses (PASSETTI, 2010). Dessa forma, a instauração de um projeto nacional civilizador nos pampas não se deu de forma imediata ou meramente impositiva. Intercâmbios, alianças, traições e diferentes estratégias fizeram parte de um processo de expansão territorial caracterizado por momentos de avanço e retrocesso.

A questão da segurança interna foi apenas um dos diversos argumentos retomados pelo Estado nacional argentino para justificar o avanço da linha de fronteira sobre o Deserto austral. Diante da tendência à desurbanização e ao despovoamento, bem espelhados no crescimento das estâncias e na criação extensiva de gado, ressaltava-se a necessidade de proteger o território ameaçado pelos sucessivos *malones*, que afetavam a vida e a propriedade dos habitantes das regiões de fronteira, obstaculizavam as vias de comunicação e causavam prejuízos para o comércio e para a indústria pastoril.

Portanto, somava-se à questão da defesa das fronteiras interiores também um fator econômico, referido à inserção do Estado nacional argentino no processo mundial de modernização capitalista e de orientação da economia para a produção de carnes e cereais para a exportação. A definição do território nacional e a apropriação dos "fundos territoriais" significava a possibilidade de conhecer o patrimônio natural e avaliar a potencialidade econômica do modelo agroexportador. Logo, a relevância do setor rural para a economia argentina e para as finanças estatais levava ao desejo de obtenção de terras para as indústrias agrícola e pastoril, garantindo extensos territórios a serem explorados em benefício da riqueza nacional.

Outro argumento utilizado para justificar o processo de territorialização atrelava-se à importância do território enquanto âmbito material cuja delimitação legitimava, na arena internacional, a existência e o reconhecimento de um país como Estado-nação. Nesse contexto, atestava-se a necessidade de consolidação das fronteiras externas da República Argentina, sobretudo na cadeia andina, onde os limites eram demarcados apenas por uma linha imaginária ou por elementos naturais. Questionado no plano internacional, o domínio estatal argentino sobre o território patagônico suscitava conflitos limítrofes com o Chile, que reclamava direitos territoriais sobre determinadas porções do território herdado com o desmantelamento do Vice-Reinado do Rio da Prata. A ausência de informações confiáveis quanto aos limites jurisdicionais da região, em sua maior parte inexplorada ou conhecida apenas vagamente, além da existência de um intenso circuito comercial de gado, que vinculava social e economicamente as populações de ambos os lados da Cordilheira (JONG, 2002), dificultavam um acordo consensual.

Por fim, aos argumentos para a expansão territorial acrescenta-se uma questão de base simbólica e identitária. Referenciado no espaço, o projeto nacional perseguido pelo Estado argentino não envolveu uma dominação baseada em identidades de tipo étnico ou característica cultural, sendo o território o fator orientador da ação política estatal. Diante de uma relação sociedade-espaço expansiva, que tinha como foco a submissão de novas terras ao domínio político estatal, o território acabava substituindo a sociedade na própria identificação do país, transformando-se em um orientador da vida social. Em outras palavras, a construção do Estado argentino não se refere, nesse contexto, à espacialidade de uma população possuidora de uma identidade cultural coletiva ancestral ou singular, mas sim à submissão das identidades culturais ao jugo do domínio político estatal sobre um recorte espacial delimitado.

Por conseguinte, o Estado territorial argentino gerado no processo de emancipação política concebia-se enquanto um espaço a ser conquistado. Constituía um Estado em busca de seu território e, sob essa ótica, não se tratava de construir uma nação, mas de instituir uma congruência entre unidade política e territorial (HOBBSAWM, 1990). A delimitação do território nacional através da ocupação estatal possibilitaria não apenas a dominação da população que o habitava, como também a definição dos direitos e/ou deveres

daqueles que, embora internos a esse território, não seriam necessariamente incorporados como cidadãos à nação que se desejava fundar. Nesse sentido, a dissociação entre a Nação argentina e a imagem do Deserto e da "selvageria" das populações nativas pressupunha a incorporação de "fundos territoriais" e, conseqüentemente, a eliminação dos indígenas ali presentes ou sua condução por um processo cujo fim seria uma assimilação mais completa dos costumes civilizados e a incorporação à economia capitalista.

2 Estratégias Militares de Ocupação do Deserto Austral: da guerra de posição à guerra de movimento

A primeira grande tentativa de âmbito governamental direcionada para a incorporação dos "fundos territoriais" austrais e para a resolução do "problema indígena" na Argentina remonta à expedição organizada por Juan Manuel de Rosas, entre março de 1833 e maio de 1834. Comandada pelo general Juan Facundo Quiroga, a operação objetivava transpor a linha de fronteira até o rio Negro, mediante a realização de uma ampla ofensiva contra os índios inimigos, em parceria com o Exército chileno. Composta tanto por estratégias pacíficas quanto belicosas, implementadas de acordo com o contexto e com o comportamento das comunidades indígenas, a política indigenista elaborada por Rosas fornecia auxílio econômico às tribos aliadas e amigas, enquanto ordenava campanhas punitivas contra as tribos inimigas.

A expedição de Rosas possuiu um grande significado histórico, pois permitiu o avanço da fronteira interior, levando à incorporação de 29.000 léguas ao território nacional; além disso, assegurou a eliminação da influência dos principais caciques no sudoeste de Buenos Aires e o alcance de relativa paz e equilíbrio para os proprietários de terra na fronteira bonaerense. No entanto, nem todos os objetivos propostos no plano de campanha foram cumpridos. Embora se tenha alcançado o controle efetivo da fronteira até Bahia Blanca e Carmen de Patagones, as guarnições na ilha de Choele Choel e nas margens do rio Negro foram abandonadas. Dessa forma, a ausência da ocupação permanente do território e do estabelecimento de colônias foi determinante para que, com o passar dos anos, o deserto austral permanecesse praticamente intacto e a prática dos *malones* retornasse plenamente.

Figura 2 - Expedição realizada por Juan Manuel de Rosas (1833-1834)

Em destaque as divisões militares que partiram ao encontro dos grupos indígenas e a linha de fronteira nacional estabelecida ao fim da operação.



Fonte: <http://www.portalplanetasedna.com.ar/>

Mesmo diante da urgência atribuída à territorialização das regiões ao sul da linha de fronteira nacional e ao tratamento da questão indígena, foi apenas em fins da década de 1860 que o Estado argentino concentrou esforços na elaboração daquele que seria o primeiro plano efetivo de expansão territorial e de ocupação dos "fundos territoriais" austrais. No ano de 1867 foi sancionada pelo Congresso Nacional a Lei nº215, que fixava as margens dos rios Negro e Neuquén como linha militar de fronteira contra os índios. Todavia, diante do envolvimento do país na Guerra do Paraguai (1864-1870), sabia-se que a aplicação prática do conteúdo da lei seria possível somente quando as tropas militares enfim reassumissem seus postos nas comandâncias de fronteira, excepcionalmente guarnecidas nesse contexto pela Guarda Nacional.

Mesmo após o término do conflito bélico, o momento oportuno para que o governo nacional pudesse executar os dispositivos da Lei nº215 foi postergado pela nomeação do jurista Adolfo Alsina ao cargo de Ministro da Guerra e da Marinha, no ano de 1874. Tão logo se iniciou a corrida presidencial para a sucessão de Domingo Faustino

Sarmiento (1868-1874), três nomes despontaram como concorrentes potenciais ao cargo: Bartolomé Mitre, Nicolás Avellaneda e Adolfo Alsina. As pesquisas eleitorais atestavam desde cedo ampla vantagem de Avellaneda sobre Alsina, o qual, apesar de possuir grande expressão política na capital federal, carecia de visibilidade nas províncias interioranas. Diante da iminente derrota, Alsina optou por retirar sua candidatura e unir forças a Avellaneda contra Mitre, tradicional inimigo de ambos. A fusão do Partido Autonomista de Alsina ao Partido Nacional de Avellaneda levou à nacionalização do autonomismo portenho através da aliança com os colégios eleitorais provinciais, possibilitando assim a participação dos grupos econômicos dominantes nas províncias no sistema político projetado por Buenos Aires (SABATO, 1998).

Estima-se que, em troca do apoio à candidatura presidencial de Avellaneda, o comando do Ministério da Guerra e da Marinha tenha sido oferecido a Alsina: essa segue sendo a explicação histórica mais plausível para sua escolha em detrimento daquele que parecia ser o mais provável e apto candidato ao cargo. Militar de carreira, consagrado pela participação decisiva em inúmeros conflitos bélicos que assolaram internamente a Argentina e comandante-chefe das fronteiras do interior (Córdoba, San Luis e Mendoza), Julio A. Roca vinha dedicando-se ao estudo e à elaboração de um plano geral de conquista do Deserto, baseado em sua vivência nos pampas e na experiência adquirida de confrontos contra os indígenas na linha de fronteira austral.

Pertencente à geração de militares veteranos da Guerra do Paraguai³, Roca considerava insustentável estender ao longo das décadas vindouras uma política de lentos avanços territoriais e de recorrentes embates contra os indígenas. Propunha assim o emprego de conhecimentos práticos e científicos, além das novas tecnologias bélicas, para a realização uma derradeira ofensiva contra os índios. Tal ideia nos permite interpretá-lo enquanto um importante defensor da execução imediata da Lei nº215, visando à definitiva superação das políticas indigenistas assimilacionistas e pacíficas por projetos que legitimavam a ocupação de largas parcelas dos "fundos territoriais" pelo Exército Nacional e o extermínio dos nativos.

³ É importante interpretarmos a Guerra do Paraguai enquanto uma experiência transformadora do Exército argentino, que se constitui como instituição nacional e passa a investir em sua cientificidade e modernização. O emprego dos fuzis Remington, do telégrafo, da ferrovia e do navio a vapor revolucionam a forma de guerrear e desequilibram as forças na fronteira em prol dos criollos, permitindo o estabelecimento de um novo princípio delineador da política de fronteira: a ofensiva imediata visando à eliminação da presença indígena nos territórios pampeano e patagônico.

Entretanto, enquanto a lei de 1867 fundamentava-se na transposição imediata da linha de fronteira às margens dos rios Negro e Neuquén, através da realização de expedições militares punitivas contra os índios, Alsina propôs a conquista gradual do Deserto mediante a fixação permanente das forças militares em zonas estratégicas e a criação de linhas de defesa sucessivas. Essa “guerra de posição” possibilitaria ao Exército Nacional avançar de maneira segura e cautelosa sobre o terreno, consolidando os alicerces da expansão territorial e forçando os nativos a abandonar suas terras.

O projeto de territorialização formulado pelo jurista baseava-se em uma oscilação semântica, na qual o termo “conquista” deixava de significar a apropriação do território mediante a violência e o enfrentamento direto com o inimigo, adquirindo um tom notadamente defensivo. Orientado pelo preceito da moderação, buscava desencorajar o inimigo, avançar lentamente sobre o terreno, esquivar-se do enfrentamento direto e ajustar os acidentes a regras previsíveis, evitando o inútil derramamento de sangue. Almejava-se acima de tudo a preservação e a proteção das forças militares e do território conquistado. Dessa forma, Alsina propunha a extinção das tradicionais expedições punitivas contra os índios, que normalmente se perdiam no desconhecido terreno ou retornavam sem resultados frutíferos. Esse esquema tático determinava o uso dos meios ofensivos somente a partir da iniciativa bélica dos indígenas, de modo que a guerra contra o índio não consistia no seu objetivo primordial.

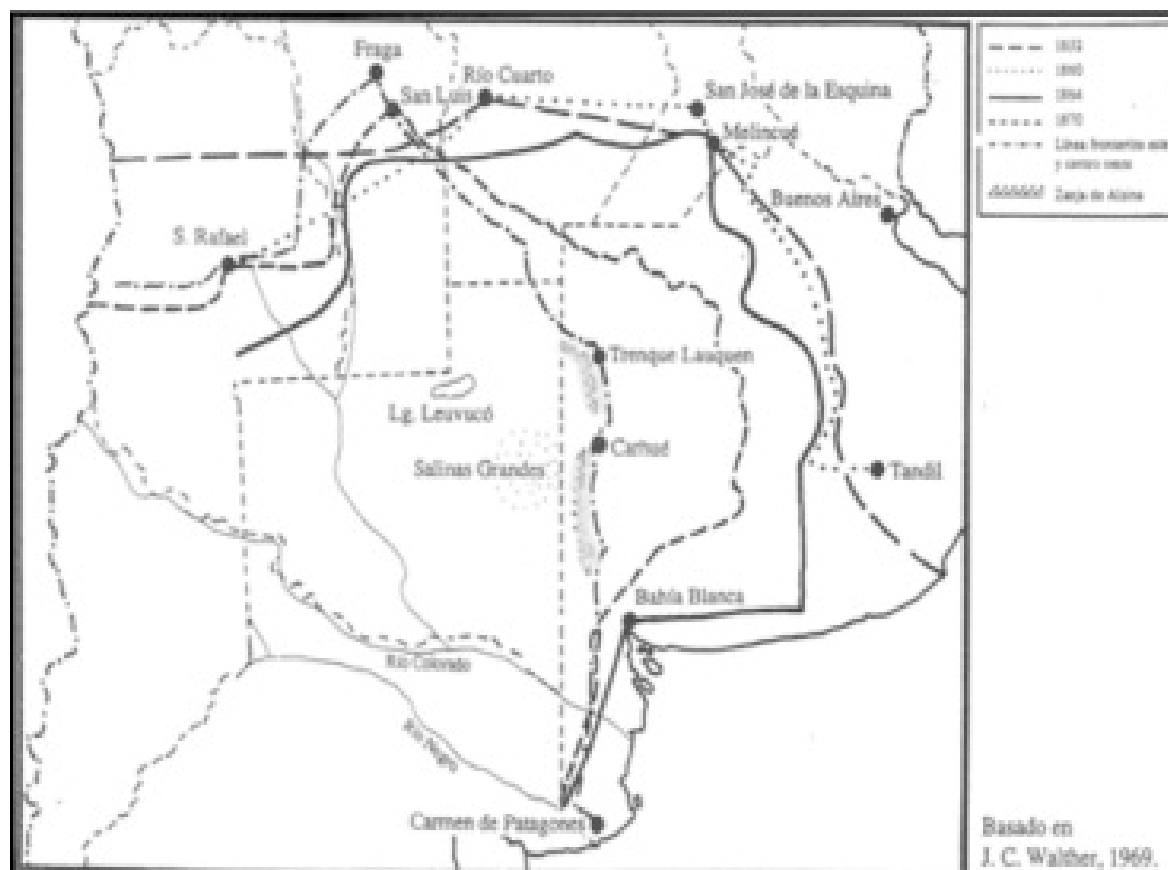
Adolfo Alsina considerava que os índios não realizavam os *malones* movidos pela sede de guerra contra os *criollos*, mas sim pela necessidade de autoabastecimento das comunidades e de obtenção do gado a ser comercializado com o Chile. Dessa forma, o combate consistia para os nativos em um mero acidente ou eventualidade decorrente da finalidade única que os atraía às estâncias: o roubo. Logo, o método mais eficiente de anular o poderio indígena seria a construção de uma linha de defesa capaz de dificultar a debandada dos nativos após as invasões. De acordo com o Ministro,

...el indio no invade para pelear, ni tampoco por el placer de hacer mal – invade para poder regresar com lo que robe. Bien, pues, salvado el foso, consumada la invasión ¿qué hará el indio con el robo? No ha de pretender salir por donde entró, porque debe suponer que el paso está ocupado ó el obstáculo restablecido. ¿Se lanzará entonces á buscar salida con arreo, teniendo antes que derribar la muralla y que borrar el foso? Tampoco lo hará,

porque ha de contar con que las fuerzas de la 1ª línea, sabiendo que hay enemigo á retaguardia, han de redoblar la vigilancia y han de ocupar los pasos más probables (ALSINA, 1977: p.67).

Projetada pelo engenheiro francês Alfred Ébélot, a *zanja* de Alsina – nome pelo qual ficou conhecida a trincheira erguida – se estendeu desde Italó (sul de Córdoba) até Nueva Roma (próxima a *Baia Blanca*), totalizando 374 km (BLENGINO, 2005). Apresentava um perfil similar ao idealizado pelo Imperador Adriano para defender o Império Romano das hordas bárbaras, ainda que adaptada aos escassos recursos locais: foi construída a partir da terra, o único material disponível nos pampas. Embora não impedisse a invasão dos índios às estâncias, a *zanja* retardava a fuga com o botim de animais dos pecuaristas bonaerenses. Ante o menor sinal de alerta, planejava-se que as tropas móveis saíssem ao encontro dos índios e interrompessem sua retirada.

Figura 3 - Evolução da linha de fronteira nacional entre os anos de 1850 e 1870 Em destaque, a extensão alcançada pela *zanja* de Alsina.



Fonte: SARASOLA, Carlos Martínez. **Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina.** Buenos Aires: Emecé Editores, 1992.

A proposta central da política de fronteiras de Alsina consistiu em ocupar os novos terrenos através de meios pacíficos e com o auxílio dos instrumentos à disposição da ciência, até integrar os índios à civilização. Alsina declarava que "*el plan del Poder Ejecutivo es contra el desierto para poblarlo, y no contra los indios para destruirlos*"(ALSINA, 1875: p.817). Nesse sentido, o índio deixava de ser o inimigo principal do governo nacional e o seu lugar era ocupado pelo próprio Deserto, morada da "barbárie" e da alteridade, região carente de civilização a ser territorializada por uma política eficaz de conquista e de povoamento. Essa inversão conceitual assentava-se sobre a confiança no poder educativo da civilização e sobre a substituição da proposta de aniquilamento pelas ideias de convivência e assimilação. Ao separar o índio do Deserto e desnaturalizá-lo, Alsina cria que, enquanto ser humano, o nativo tinha a capacidade de ser aperfeiçoado. Mediante a elaboração de uma política especial para os "índios amigos", baseada em negociações, cessão de terras e aproximação dos campos de colonização, considerava não ser benéfico destruir fisicamente o índio, pois era possível integrá-lo progressivamente aos direitos da cidadania e ao trabalho sedentário, levando-o a aderir aos valores da civilização.

Contudo, Alsina não viveu tempo suficiente para presenciar o desfecho de sua política de fronteiras e desfrutar do reconhecimento público por suas conquistas. Acometido de problemas renais, faleceu em Buenos Aires em 29 de dezembro de 1877. Apesar das críticas recebidas, seu projeto teve resultados fundamentais para a concretização do processo de territorialização do Estado argentino em fins do século XIX. Dentre os objetivos alcançados, destaca-se o estabelecimento de uma nova linha de fronteira entre Bahia Blanca e Rio V, passando pelas localidades de Italó, Trenque Lauquen, Laguna del Monte, Guaminí, Carhué e Puán. Defendida por comandâncias militares interligadas pela rede telegráfica, a linha fronteiriça teve sua extensão reduzida em 50 léguas e levou à incorporação de 56 mil km² à jurisdição nacional. Por fim, parte da resistência indígena foi desestruturada, já que os guerreiros não mais conseguiam sitiar facilmente determinados pontos de sistema fortins erguido ou realizar os tradicionais *malones* diante da *zanja*.

Portanto, Alsina não havia apenas contribuído para a incorporação de terrenos austrais à soberania nacional, mas instituído a desvantagem dos índios em relação aos *criollos* nos territórios que antes lhes pertenciam. Sua morte representou a tão aguardada possibilidade de elaboração do projeto de territorialização da região austral que retomou os principais dispositivos estratégicos presentes na Lei nº215. Estavam postas as bases para a execução da grande ofensiva militar idealizada por Julio A. Roca, mais conhecida como a “Conquista do Deserto”.

Amparado pelo pensamento militar prussiano⁴, Julio Roca posicionou-se a favor da organização de uma guerra ofensiva, capaz de varrer de uma só vez os índios das regiões pampeana e patagônica. Correspondências trocadas entre Alsina e Roca, em fins de 1875, já apontavam para a existência de inconciliáveis divergências entre seus pensamentos militares. Em carta de 6 de outubro, Alsina esclareceu que sua intenção era “*á mediados, ó á fines de Febrero, avanzar las líneas de Buenos Aires, por la extrema Sur hasta Carhué, por el Centro Sur hasta la Laguna del Monte, y por el Oeste hasta las Tunas ó Trenque-Lauquen*” (ALSINA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.13). Pretendia saber se Roca aceitava a ideia de “*avanzar la línea del Rio 5º, arrancando desde 'Gainza' en la dirección que los estudios previos señalen como más ventajosa*” (ALSINA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.15).

⁴ Principais expoentes da Academia de Guerra Prussiana, os marechais Helmuth Von Moltke (1800-1891) e Alfred Von Schlieffen (1833-1913) foram responsáveis por adaptar à época industrial os preceitos bélicos napoleônicos. Esse foi o contexto de surgimento de militares profissionais que operavam como sólidos administradores e que utilizavam com frieza os avanços da ciência e da racionalidade. Atribuiu-se um papel central ao poder defensivo das armas modernas, assim como se reconheceu a importância dos estudos logísticos para o êxito de um exército no *front* de batalha. A ofensiva militar passou a combinar a mobilização, a concentração e o ataque, visando à rápida tomada de decisões e à destruição total do inimigo em batalhas conclusivas. Além disso, eliminou-se o significativo papel exercido até então pela política na guerra, de modo que o objetivo deixou de ser a paz perpétua para converter-se na destruição total do inimigo (SILVESTRI, 2011).

Em resposta, o general expôs suas considerações sobre o plano de fronteiras elaborado por Alsina. Possuindo uma perspectiva distinta em relação ao destino que deveriam ter os povos indígenas na Argentina, Roca considerava a política de Alsina defensiva, passiva e pacífica:

Ganar zonas al desierto, alejándose más de las poblaciones, tiene, para mí, todos los inconvenientes de la guerra defensiva, acrecentados por el enemigo, que deja á la espalda el desierto que quedaría entre las nuevas líneas y las poblaciones. Cuando se pone á prueba este sistema, que ha creado la necesidad de las nuevas líneas, aumentando los gastos, es cuando hay invasiones [...] La conquista, con Fuertes y Fortines, de estos territorios, adelantándose á la población, aumentará las inseguridades actuales [...] Agréguese á esto el trastorno general que un cambio así radical en todas las fronteras da la República produciría, á lo que contribuiría la guerra con todas las tribus, que sería inevitable" (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.17)

O plano de construção de linhas militares sucessivas e de ocupação permanente do Deserto seria, aos olhos de Roca, incapaz de fornecer a solução adequada para o "problema indígena" no país. Para o general, o meio mais satisfatório de concretizar o processo de territorialização seria a retomada da estratégia da "guerra de movimento" adotada por Juan Manuel de Rosas, pois "*una vez limpio el desierto, el Gobierno Nacional tendría suficiente con cuatro ó cinco mil hombres economizaría anualmente algunos Miles; y podría legislar con entera libertad sobre él, hasta las márgenes del Río Negro*" (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.19). Buscando imprimir uma maior aceleração à marcha do progresso na Argentina, Roca posicionou-se a favor da organização de ofensivas militares que aniquilassem ou arrojassem definitivamente os índios à outra margem do rio Negro:

Los fuertes fijos en medio de un desierto, matan la disciplina, diezman las tropas, y poco ó ningún espacio dominan. Para mí, el mayor Fuerte, la mejor muralla para guerrear contra los indios de la Pampa y reducirlos de una vez, es un Regimiento

ó una fracción de tropas de las dos armas, bien montadas, que anden constantemente recorriendo las guaridas de los indios y apareciéndoseles por donde menos los piensen (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.18)

Em sua fala, Roca consolidou a conveniência de um avanço militar imediato até os últimos confins do rio Negro, através da adoção de táticas de guerra compatíveis com as práticas indígenas, como o estabelecimento de tropas móveis e a realização de ataques-surpresa às *tolderias*. A urgência em assegurar a propriedade e a vida dos habitantes das regiões fronteiriças e em eliminar (e não assimilar!) a “sinistra figura do índio” do campo visual dos *criollos* justificaria o avanço imediato da linha de fronteira às margens do rio Negro. O tempourgia e o progresso batia à porta da Nação argentina.

Para Julio Roca, o projeto de Alsina apresentava inúmeras fragilidades. Em primeiro lugar, era lento e custoso, pois a linha de fronteira traçada era demasiado extensa, requerendo grandes efetivos militares para ser guarnecida e não podendo ser mantida pelas precárias finanças nacionais. Além disso, restringia-se à defesa dos limites de Buenos Aires, deixando as demais Províncias suscetíveis aos frequentes *malones*. Por fim, edificava-se sobre uma postura defensivo-passiva, já que a estratégia primordial consistia em proteger-se mediante a escavação da *zanja* e aguardar o ataque do inimigo. Paralisado em linhas fixas de defesa, o Exército era incapaz de concretizar a derrota dos indígenas.

Roca esforçou-se por implantar um plano de “limpeza do território” em substituição ao projeto de Alsina, tão logo assumiu o Ministério da Guerra e Marinha, em 1878. A eliminação dos grupos indígenas existentes entre a linha de fronteira estatal e os rios Negro e Neuquén passou a ser a condição prévia para a ocupação e a territorialização dos pampas. Na prática, restringiam-se as formas de negociação diplomática com os índios, que deixavam de ser considerados interlocutores políticos ou parceiros militares. Pode-se assim afirmar que a Conquista do Deserto empreendida por Julio Roca significou o fim da política de fronteiras na Argentina (RODRÍGUEZ, 2010). A inexistência da regulação de conflitos e do estabelecimento de negociações com os caciques permitiu a Roca expressar plenamente a sua proposta de “extirpar” os indígenas das regiões que ocupavam.

Adotando um discurso histórico abastecido por argumentos científicos do darwinismo, Roca rompeu com a perspectiva assimilacionista, afirmando que a raça indígena, por ser inferior, estaria fadada ao desaparecimento. Ante o avanço irresistível do progresso e os estímulos do governo nacional para incrementar a onda de imigração europeia, os indígenas ingressariam em um paulatino e irremediável processo de extinção, fosse em decorrência do seu contato com a sociedade branca, fosse como consequência das campanhas militares violentas. Nas palavras do general,

es por el efecto de una ley de la naturaleza que el indio sucumbe ante la invasión del hombre civilizado. En una lucha por la existencia en el mismo medio, la raza más débil tiene que sucumbir ante la mejor dotada, la especie que no trabaja delante de la que trabaja (ROCA *apud* RODRÍGUEZ, 2010: p.384)

Em 14 de agosto de 1878, Nicolás Avellaneda e Julio Roca submeteram à consideração do Congresso Nacional um projeto de lei que versava sobre o estabelecimento da linha de fronteira nacional contra os índios na margem esquerda dos rios Negro e Neuquén. Nesta ocasião, o principal ponto abordado pelo Poder Executivo foi a deslegitimação do sistema de fronteiras em vigor. Julgava-se necessário

abandonarlo de una vez e ir directamente á buscar al indio en su guarida, para someter-lo ó expulsarlo, oponiéndole en seguida, no una zanja abierta en la tierra por la mano del hombre, sino la grande é insuperable barrera del Rio Negro, profundo y navegable en toda su extensión, desde el Océano hasta los Andes (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.32)

No entendimento de Roca, chegara o momento do povo argentino abandonar o eterno resguardo perante o inimigo indígena e empenhar-se em "*estirpar el mal de raiz y destruir estos nidos de bandoleros que incuba y mantiene el desierto*" (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.38). Em comparação com os contextos políticos prévios, a Nação argentina dispunha agora de condições mais favoráveis para levar a cabo a ocupação da região austral, sobretudo porque o avanço territorial empreendido por Adolfo Alsina resultara no estabelecimento das guarnições militares de fronteira em Carhué e Guaminí, localidades situadas no coração do Deserto e nas proximidades do rio Negro. Buscou-se assim convencer os parlamentares de que

las ventajas de esta operación son evidentes, y, sin necesidad de acudir á los autores que han tratado de ella, ni participar del sentimiento y de la opinión pública que nos impulsan á poner manos á la obra, bastaría abrir una carta cualquiera de la Pampa, para ver que el Rio Negro es por sí mismo una barrera natural; que sería la línea más corta, segura y económica, y que, **una vez ocupada, haría perder en poco tiempo hasta el significado de la palabra frontera, cuando no se trata de naciones extrañas, puesto que para la República Argentina no hay otra frontera por el Oeste y por el Sur, que las cumbres de los Andes y el Océano** (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.34, grifo meu)

Embora não vislumbrasse grandes obstáculos que pudessem inviabilizar a ocupação do rio Negro, Roca reconhecia a necessidade de "*desalojar á los indios del desierto que se trata de conquistar, para no dejar un solo enemigo á retaguardia, sometiéndolos por la persuasión ó la fuerza, ó arrojándolos al Sud de aquella barrera*" (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.38).

Para tanto, o Ministro previu a realização de ações preliminares que antecedessem uma incursão militar definitiva. Objetivava ampliar o conhecimento geográfico acerca da futura zona de operações e desmoralizar as tribos indígenas, privando-as de suas terras e estimulando sua submissão ao Estado ou dispersão pelo interior do Deserto.

Empreendida entre os meses de julho de 1878 e fevereiro de 1879 e movida pelo ideal da “limpeza do Deserto”, a “batida geral do território indígena” consistiu em uma série de ataques surpresa às *tolderias*, mediante a formação de colunas ligeiras comandadas pelos militares Eduardo Racedo, Teodoro Garcia, Lorenzo Vintter, Marcelino Freyre, Rudecindo Roca, Conrado Villegas e Nicolás Levalle. Tais expedições foram responsáveis não apenas pela captura dos caciques Pincén, Epumer e Catriel e de 4.000 nativos, como também pelo resgate de 150 cativos e de 15.000 cabeças de gado. Entretanto, a principal conquista obtida foi a debilitação dos grupos indígenas, minando sua capacidade efetiva de organização para o embate final contra os *criollos* (MASES, 2002).

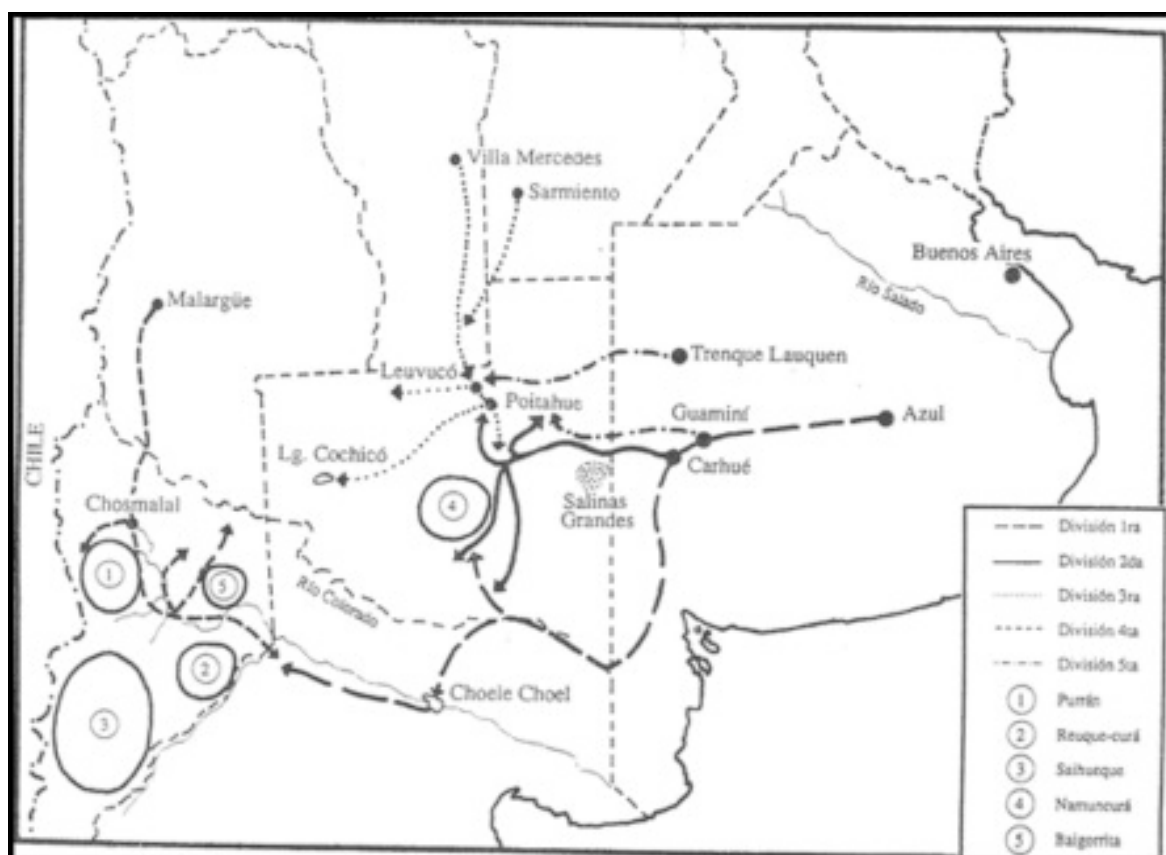
A importância das campanhas prévias idealizadas por Julio Roca foi reconhecida pelo presidente Nicolás Avellaneda em mensagem enviada ao Exército Expedicionário em janeiro de 1879. Nesta ocasião, parabenizou os militares que se encontravam em meio ao Deserto por elevarem a guerra contra o índio a um patamar até então inédito:

Estáis llevando a cabo con vuestros esfuerzos una **grande obra de civilización** a la que se asignaban todavía largos plazos. La pericia y la abnegación militar se adelantan al tiempo. Cada una de vuestras jornadas marca una **conquista para la humanidad y para las armas argentinas**. El país agradecido os reconoce esta doble gloria. **Después de muchos años, la guerra contra el indio sale del terreno de las hazañas obscuras, y hay a vuestras espaldas todo un pueblo que vitorea a los vencedores. No se perderá la ruta que habéis trazado sobre el desierto desconocido.** Por los rastros de las expediciones, se encaminará en breve el trabajo a recoger el fruto de vuestras victorias, abriendo nuevas fuentes de riqueza nacional al amparo de vuestras armas. Nunca habrá sido más fecunda la misión del ejército argentino. Soldados del Ejército Expedicionario: el gobierno está satisfecho de vuestra conducta, **y pronto quedará asegurado el éxito** final. Mientras tanto, os envío mis felicitaciones y os anuncio que en el próximo periodo legislativo solicitaré del Honorable Congreso una condecoración conmemorable de este grande hecho que se llamará en la historia: **La conquista de la Pampa hasta los Andes** (ROCA *apud* OLASCOAGA, 1881: p.80, grifo meu).

Entre abril e julho de 1879, 6.000 soldados agrupados em cinco divisões avançaram rumo ao Deserto, partindo da linha de fronteira legada por Adolfo Alsina. Além do Ministro da Guerra e Marinha, comandavam essas divisões os militares que haviam assumido a dianteira da "batida geral ao território indígena" em 1878. A 1ª Divisão, liderada inicialmente pelo general Roca e depois por Conrado Villegas, partiu de Carhué e teve como destino a ilha de Choele Choel, no rio Negro. A 2ª Divisão, comandada por Nicolás Levalle, alcançou a região de Salinas Grandes; a 3ª Divisão, a cargo de Eduardo Racedo, atingiu as proximidades da Lagoa de Leuvucó, habitada pelos ranqueles; a 4ª Divisão, à frente da qual esteve Napoleón Uriburu, alcançou o rio Neuquén e bloqueou a fuga dos índios para o Chile; por fim, a 5ª Divisão, comandada por Hilario Lagos, vagou pelos pampas buscando descobrir esconderijos e localizar grupos indígenas fugitivos.

Figura 4 – Trajeto percorrido pelas Divisões militares na Conquista do Deserto (1879)

Em destaque, a localização dos principais caciques indígenas.



Fonte: SARASOLA, Carlos Martínez. **Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1992.

É interessante destacar que, enquanto as colunas laterais assumiram a função de “limpeza do território”, exterminando, submetendo e desintegrando culturalmente as tribos indígenas que haviam subsistido aos ataques-relâmpago de 1878, a coluna comandada por Roca não se deparou com indígenas ao longo de seu trajeto. Dotada de forte carga simbólica, assumiu a função de uma “parada militar”, que fundava uma visão da campanha de 1879 como “posse espetacular” do Deserto. Não foi circunstancial o fato da 1ª Divisão ter sido a única a sobreviver ao registro fotográfico: atendia-se assim simultaneamente às exigências da autocelebração e da certificação da efetividade de uma campanha cuidadosamente planejada (ALIMONDA e FERGUSON, 2001).

Os resultados obtidos pela Conquista do Deserto de Julio Roca foram avassaladores. Poucos meses foram necessários para que fosse instituída a soberania nacional sobre a região pampeana. O avanço da fronteira possibilitou, portanto, a territorialização dos espaços que antes se encontravam sob o domínio efetivo das tribos indígenas. Em discurso proferido em 24 de maio de 1879, ao alcançar com sua coluna a ilha de Choele Choel, às margens do rio Negro, Roca não conteve seu entusiasmo:

Este día de Choele-Choel es digno día siguiente de aquel [gran día de 1810]; porque **inaugurar el dominio de la civilización aquí donde la barbarie ha reinado tres siglos**, es lo que verdaderamente puede llamarse ‘continuación de la tarea principiada el 25 de Mayo de 1810’. Fuimos entonces libres e independientes; damos ahora el paso más trascendental de nuestra soberanía adquirida (ROCA *apud* WALTHER, 1947: p.257, grifo meu)

Conquistadas em benefício da Nação, as quinze mil léguas gerariam riquezas e afastariam a insegurança e o suposto atraso representado pela existência indígena no interior do território nacional. Celebrando o sucesso da expedição, o presidente Avellaneda enviou uma mensagem de agradecimento a Roca em seu acampamento em Choele Choel:

Mis felicitaciones son las de toda la Nación. Lo saludo en las márgenes del río Negro y Neuquén, donde su presencia realiza los votos de muchas generaciones y en que se presenta la bandera argentina sostenida por brazos gloriosos, haciendo un llamamiento a la civilización, al inmigrante, al genio de la Patria, para que desciendan y derramen sus beneficios (AVELLANEDA *apud* MUSEO ROCA, 2006: p.40)

Se por um lado o estabelecimento da fronteira estatal na margem norte dos rios Negro e Neuquén satisfaz os anseios de longa data da Nação argentina, por outro selou um triste destino para as comunidades indígenas no país. Além da significativa perda humana, milhares de índios foram feitos prisioneiros e obrigados a adotar novas formas de vida. Mulheres e crianças tornaram-se pessoal doméstico em Buenos Aires; adultos foram direcionados às Forças Armadas ou transformados em mão de obra nos engenhos açucareiros em Tucumã; os caciques amigos receberam pequenas porções de terra, onde sob a tutela de clérigos e militares se transformaram em pequenos produtores agrários, sedentarizados e católicos. Segundo estimativas feitas pelo Departamento de Guerra e Marinha, no período entre agosto de 1878 e maio de 1879

“se eliminaron totalmente los restos de las tribus hostiles que habitaban en la zona recorrida por el ejército expedicionario, obteniéndose los siguientes resultados: 5 caciques principales prisioneros, 1 cacique principal muerto (Baigorrita), 1271 indios de lanza prisioneros, 1313 indios de lanza fuera de combate, 10513 indios de chusma prisioneros, 1049 indios reducidos. El resto de los salvajes que eludió la acción de las tropas nacionales tuvo que ganar prontamente refugios al sur del río Negro, hasta donde se extendería más tarde la acción depuradora del General Roca” (WALTHER, 1947: p.303)

Os últimos caciques soberanos dos pampas refugiaram-se nos inóspitos territórios ao sul do rio Negro, onde puderam desfrutar do breve período de liberdade que lhes restava. No ano de 1881, Julio Roca – agora Presidente da República – ordenou a realização de novas expedições militares ao lago Nahuel Huapi e ao sul do rio Limay, visando à conquista definitiva da região patagônica.

Em 1885, o general Lorenzo Vintter comunicou com satisfação ao general que a soberania estatal sobre a Cordilheira dos Andes e a Terra do Fogo encontrava-se enfim consolidada:

En el sur de la República no existen ya dentro de su territorio fronteras humillantes impuestas a la civilización por las chuzas del salvaje. Ha concluido para siempre en esta parte, la guerra secular que contra el indio tuvo su principio en las inmediaciones de esa Capital el año de 1535. (VINTTER *apud* BECHIS, 2002: p.7)

3 CONCLUSÃO

Embora as discussões sobre o Deserto se tenham feito presentes desde a existência do Vice-Reinado do Rio da Prata, foi a partir de fins da década de 1860 que esse conceito adquiriu maior relevância e notoriedade no espaço público. Com a superação dos conflitos políticos internos que assolavam o país e com o término da Guerra do Paraguai, deu-se início a um irremediável processo de expansionismo territorial interno, elaborado primeiramente pelo Ministro da Guerra e Marinha Adolfo Alsina e, após seu repentino falecimento, reformulado pelo seu crítico Julio Argentino Roca.

Os planos de territorialização desenvolvidos por Alsina e Roca possuíam inúmeras particularidades estratégicas. As políticas de fronteira elaboradas expressavam as diferentes propostas que os Ministros possuíam quanto ao destino a ser atribuído às comunidades indígenas na Argentina, revelando assim a intrínseca relação existente entre guerra e política. Corroborando o estrategista prussiano oitocentista Karl Von Clausewitz⁵, também eles partilhavam da ideia de que as táticas militares subjazem posicionamentos políticos específicos, de modo que os diferentes tipos de guerra constituíam cada qual uma manifestação e um instrumento de políticas específicas que se buscava implementar.

Para o jurista Adolfo Alsina, por exemplo, os indígenas eram passíveis de ser integrados à comunidade nacional. Através da religião e da educação, abandonariam progressivamente sua vida errante e adquiririam costumes mais civilizados. Dessa forma, Alsina julgava que o grande inimigo da Nação argentina a ser combatido era o Deserto. Espacialidade, qualificada como morada da barbárie, era o Deserto que precisava ser conquistado e povoado em benefício da civilização. Para tanto, o Ministro imprimiu à sua política de fronteiras um tom mais pacífico e defensivo. A sua proposta central era ocupar os novos terrenos mediante o avanço progressivo da linha de fronteira até o sudoeste, apossando-se de localidades estratégicas. Essa guerra

⁵ Nas palavras de Clausewitz, "La guerra es un instrumento de la política; debe incluir en sí misma, necesariamente, el carácter de la política. La conducción de la guerra, en sus grandes delineaciones, es, en consecuencia, la política misma que empuña la espada en lugar de la pluma, pero no cesa, por esa razón, de pensar de acuerdo con sus propias leyes" (CLAUSEWITZ, 1832).

de posição rejeitava abertamente as tradicionais expedições punitivas e o enfrentamento direto com os nativos. A própria construção da *zanja* evidenciava que o objetivo primordial de Alsina não era extinguir os índios ou apartá-los da convivência com o homem branco, mas sim forçá-los a aceitar o projeto civilizador, submetendo-os à autoridade estatal e assimilando-os à vida nacional.

Essa atuação pacífica e defensiva, assentada sobre a proposta de uma conquista gradual do deserto, contrastava com o ímpeto impiedoso do chefe das fronteiras do interior, general Julio Roca, para o qual a guerra contra os índios deveria assumir um caráter avassalador. Logo, as propostas de Alsina foram rapidamente rejeitadas após sua morte em 1877. Ao assumir o cargo de Ministro da Guerra e Marinha, o general Julio Argentino Roca deu início à empreitada que denominou de “Cruzada contra a Barbárie dos pampas até os Andes”. Influenciado pelos ideais evolucionistas e pelo pensamento militar prussiano, desenvolveu um novo olhar sobre os índios e retomou o projeto de expansão territorial ofensivo presente na Lei nº215. O general julgou, assim, que a transformação imediata do rio Negro em linha de defesa contra os *malones* e a realização de incursões-relâmpago contra as *tolderias* indígenas teriam resultados bem mais eficazes do que os avanços militares progressivos e a trincheira erguida por Alsina em meio ao Deserto. O pressuposto da inferioridade biológica incontornável lhe serviu de justificativa para essa organização de uma guerra de movimento sem precedentes, que objetivava a “limpeza do território” mediante a extinção física dos nativos. Se antes eram considerados interlocutores políticos e parceiros militares, acreditava-se agora que os índios estavam fadados ao irremediável desaparecimento diante da superioridade da raça branca e da chegada dos imigrantes europeus.

Valendo-se do apoio de importantes setores da sociedade argentina Roca foi capaz de levar adiante a Conquista do Deserto. Embora tenha se deparado com a resistência indígena, as novas táticas de guerra e as tecnologias bélicas desequilibraram as forças em favor do Exército Nacional. Concluída em 1885, a territorialização das regiões pampeana e patagônica teve efeitos devastadores do ponto de vista histórico e antropológico. Os ecos do extermínio, da desagregação cultural e da invisibilização social ressoam ainda hoje na Argentina e reforçam o triste panorama das comunidades indígenas no país.

Em que pesem as particularidades estratégicas dos projetos de Alsina e Roca, devemos interpretá-los enquanto etapas complementares do processo de construção da Nação argentina e de seu território correspondente, já que ambos estavam a serviço da mesma Razão de Estado, isto é, a supressão do Deserto em prol da construção de uma base física para a Nação argentina civilizada e moderna. Ao contrário do que se costuma interpretar, as guerras de posição e de movimento não se excluem mutuamente. Atuando no sentido de garantir a preservação do terreno e a proteção das forças militares, a postura defensiva preparou o caminho para uma ação ofensiva bem sucedida. Roca declarou em diversas ocasiões que o sucesso de sua empreitada se devia em parte à contribuição prévia de Alsina, que havia concluído uma etapa fundamental do processo de territorialização da região austral. O general reconheceu que a nova linha de fronteira estabelecida em Carhué e Guaminí, situada em meio ao Deserto, atuou como base para o avanço das frentes expedicionárias até o rio Negro. Além disso, atribuiu ao sistema de fortins erguido por Alsina a capacidade de desestruturação de parte da resistência indígena e de atenuação dos *malones*.

Os projetos de territorialização do Deserto austral devem ser compreendidos em seu conjunto e sempre à luz do processo de construção e consolidação do Estado-nação argentino, em curso em fins do século XIX. Típica das experiências periféricas pós-coloniais, a construção do Estado argentino assumiu uma dimensão essencialmente territorial, voltada para a incorporação jurídico-formal das regiões chaquenha, pampeana e patagônica. Nesse contexto, o Estado argentino via-se impelido a ingressar em um processo de construção da sua própria territorialidade, que implicaria o enfrentamento do "problema indígena", isto é, a elaboração de estratégias de dominação das populações autóctones, seguida da sua submissão ou incorporação.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor; FERGUSON, Juan. "Imagens, 'deserto' e memória nacional – as fotografias da campanha do Exército argentino contra os índios – 1879". In: **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Angela Mendes de Almeida, Berthold Zilly e Eli Napoleão de Lima (org). Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001

BECHIS, Martha. La 'organización nacional' y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. In: **Pueblos, comunidades y municipios frente a los proyectos modernizadores en América Latina, siglo XIX**. CEDLA Latin America Studies (CLAS) series, nº88, 2002.

BLENGINO, Vanni. **La zanja de la Patagonia. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.

CLAUSEWITZ, Karl von. **De la guerra**. Disponível em: <<http://www.lahaine.org>>. Acesso em: 25/01/2013.

DELRIO, Walter Mario. **Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JONG, Ingrid de. "Indio, nación y soberanía en la cordillera norpatagónica: fronteras de la inclusión y la exclusión en el discurso de Manuel José Olascoaga". In: Lidia R. Nacuzzi (comp.) **Funcionarios, diplomáticos, guerreros: miradas hacia el otro en las fronteras de Pampa y Patagonia (siglos XVIII y XIX)**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.

MASES, Enrique. **Estado y cuestión indígena: el destino final de los indios sometidos en el sur del territorio (1878-1910)**. Buenos Aires: Prometeo, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e Nova Zelândia (1826-1885)**. Tese (doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

SARASOLA, Carlos Martínez. **Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1992.

SILVESTRI, Graciela. **El lugar común: una historia de las figuras de paisaje en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

ZUSMAN, Perla. "Desierto, Civilización, Progreso. La Geografía del Gran Chaco y el proyecto político territorial de la formación del Estado Argentino". In: **Ería: Revista cuadrimestral de geografía**. Nº51, 2000, pp.60-68.

Museo Roca, Área Documentación – Archivo ROCA, Transcripción y fotocopia 001076, 001082.

OLASCOAGA, Manuel. **Estudio Topografico de La Pampa y Rio Negro**. Buenos Aires: Ostwald y Martinez, 1881.

SABATO, Hilda. **La política en las calles. Entre el voto y la movilización. Buenos Aires, 1862-1880**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A, 1998.

WALTHER, Juan Carlos. **La conquista del desierto: síntesis histórica de los principales sucesos ocurridos y operaciones militares realizadas en la pampa y Patagonia, contra los indios (años 1527-1885)**. Buenos Aires: Círculo Militar, 1948.

RECEBIDO - 02/11/2013
APROVADO - 07/04/2014

